

ANEXO 15

REGULAMENTO DA TRANSIÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO PARA A CONCESSIONÁRIA

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE NOVA RAPOSO

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O SISTEMA EXISTENTE e o SISTEMA REMANESCENTE compõem o SISTEMA RODOVIÁRIO, na forma definida no ANEXO 2, e serão transferidos de forma integral à CONCESSIONÁRIA, nos prazos, termos e nas condições estabelecidos neste ANEXO.
 - 1.1.1. A transferência dos trechos rodoviários descritos no item 1.1, acima, à CONCESSIONÁRIA, mediante a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, compreende tanto as vias principais quanto as auxiliares, incluindo ACESSOS, conforme descrição apresentada no ANEXO 2, as quais passarão a integrar o SISTEMA RODOVIÁRIO escopo da CONCESSÃO e, portanto, deverão ser consideradas pela CONCESSIONÁRIA ao desempenhar todas as atividades e cumprir todas as obrigações relacionadas à exploração da CONCESSÃO.
- 1.2. O disposto neste ANEXO rege a transferência do SISTEMA REMANESCENTE em conjunto com o SISTEMA EXISTENTE para a CONCESSIONÁRIA quando da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, nos termos do item 2.1 deste ANEXO, objetivando-se a transparência, a eficiência e a preservação da continuidade da prestação do serviço público, dos direitos dos USUÁRIOS e do PODER CONCEDENTE.
- 1.3. Eventuais obstáculos ao fiel cumprimento das disposições deste ANEXO, ainda que imputáveis a terceiros, não eximem a CONCESSIONÁRIA da assunção do SISTEMA EXISTENTE e do SISTEMA REMANESCENTE à zero hora da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, observadas as disposições deste ANEXO e do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 1.4. A ARTESP deverá manter a CONCESSIONÁRIA devidamente informada e atualizada sobre todos os procedimentos envolvendo o encerramento da concessão do SISTEMA REMANESCENTE e o andamento das obras nos TRECHOS EM OBRAS, bem como sobre a sua consequente transferência para a CONCESSIONÁRIA, de modo a assegurar que a transferência ocorra de modo ordenado, eficiente, transparente e sem obstáculos.
- 1.5. A cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO pela CONCESSIONÁRIA referente às PRAÇAS DE PEDÁGIO localizadas no SISTEMA REMANESCENTE, poderá ter início a partir de sua assunção, devendo a receita auferida ser depositada na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, nos termos do APÊNDICE D.
 - 1.5.1. A TARIFA DE PEDÁGIO a ser praticada pela CONCESSIONÁRIA observará o regramento estabelecido pelo ANEXO 4, independentemente da existência de pistas duplas ou simples.
- 1.6. A partir da assunção dos trechos que compõem o SISTEMA RODOVIÁRIO, na forma disciplinada neste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir todas as obrigações a ela atribuídas no CONTRATO e nos ANEXOS, assegurando a prestação de SERVIÇO ADEQUADO nos trechos rodoviários que compõem o SISTEMA RODOVIÁRIO, mesmo que ainda não concluídas todas as etapas procedimentais estabelecidas neste ANEXO.
- 1.7. A CONCESSIONÁRIA é responsável exclusiva pelo ônus da sua omissão ou da sua inércia nas providências previstas neste ANEXO.

2. DOS PRAZOS PARA A TRANSIÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO

2.1. O SISTEMA REMANESCENTE e o SISTEMA EXISTENTE deverão ser transferidos à CONCESSIONÁRIA em até 30 (trinta) dias contados da DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, nos termos da Cláusula 6.2 do CONTRATO, por intermédio da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.

2.1.1. Na hipótese de superação do prazo previsto no item 2.1, em 180 (cento e oitenta) dias, qualquer uma das PARTES poderá optar pela extinção antecipada do CONTRATO, nos termos da Cláusula 6.4, inciso I, do CONTRATO.

3. DAS PRERROGATIVAS DA CONCESSIONÁRIA A PARTIR DA ASSUNÇÃO DO SISTEMA EXISTENTE

3.1. A partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, a CONCESSIONÁRIA, por si ou por RELATOR INDEPENDENTE, aprovado nos termos deste ANEXO, terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a elaboração do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE referente exclusivamente aos passivos socioambientais do SISTEMA EXISTENTE.

3.1.1. As PARTES e a ARTESP deverão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da celebração do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, definir a metodologia para a elaboração do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE.

3.1.2. Caso as PARTES e a ARTESP não cheguem a um consenso quanto à metodologia a ser adotada para a elaboração do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE, no prazo definido no item 3.1.1, acima, a CONCESSIONÁRIA deverá adotar a metodologia adotada pelo PODER CONCEDENTE quando da elaboração dos estudos que antecederam a CONCESSÃO disponibilizados no Data Room, conforme previsto na Introdução e no item 7.5 do EDITAL.

3.2. O RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE terá por objetivo exclusivo a identificação de novos passivos socioambientais não indicados no APÊNDICE B, ou que dele decorram, e deverá ser submetido à apreciação da ARTESP ao final do prazo indicado pelo item 3.1.

3.2.1. Caso sejam identificados novos passivos deverá ser elaborado laudo técnico individual da evolução de cada ocorrência, o qual deverá ser assinado por profissional competente e com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações:

- i. Localização do passivo socioambiental;
- ii. Caracterização geral da área, incluindo um mapeamento geológico e geotécnico e de uso e cobertura do solo em escala detalhada (1:1.000);
- iii. Descrição geral do tipo de passivo e da situação identificada por meio de levantamento *in loco*;
- iv. Análise temporal da área em estudo, por meio da utilização de imagens de satélite atualizadas e antigas, para fins de comparação;
- v. Resultados de investigações geotécnicas de campo e laboratoriais que venham a demonstrar a situação de estabilidade do local, segundo Normas

do DER/SP, nos casos em que esse tipo de investigação é aplicável;

- vi. Apresentação das soluções para recuperação do passivo ambiental;
- vii. Croqui da situação identificada e das soluções propostas para o passivo ambiental; e
- viii. Registro fotográfico da situação observada.

3.3. Os apontamentos constantes do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE, elaborado conforme metodologia aprovada pelas PARTES, nos termos do item 3.1.1, ou conforme metodologia adotada pelo PODER CONCEDENTE, na forma do item 3.1.2, serão apreciados pela ARTESP em até 15 (quinze) dias.

3.3.1. Em caso de solicitação de ajustes, a ARTESP deverá estipular o prazo para a sua realização e apreciará o RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE revisto em até 15 (quinze) dias.

3.3.2. Recebido o RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE com os ajustes indicados no item 3.3.1 acima, a ARTESP deverá: (i) aprová-lo, situação em que converter-se-á automaticamente em RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE; ou (ii) submeter eventuais controvérsias para análise do COMITÊ DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS, que deverá apresentar sua deliberação final em até 30 (trinta) dias do recebimento da notificação da ARTESP, observado, no que couber, o regramento do ANEXO 23, a qual constituirá o RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE.

3.3.3. Os apontamentos constantes do RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE, constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO, desde que comprovadamente acarretem impacto econômico-financeiro e não constem ou decorram da lista disposta no APÊNDICE B.

3.4. O reequilíbrio econômico-financeiro dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO indicados no item 3.3.3 acima será realizado na forma da Cláusula 22 do CONTRATO.

3.5. Após a implementação do reequilíbrio econômico-financeiro, a CONCESSIONÁRIA não terá nada mais a reclamar sobre os passivos existentes no SISTEMA EXISTENTE, inclusive aqueles identificados no RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE, salvo vícios ocultos, nos termos do CONTRATO.

4. DAS PRERROGATIVAS DA CONCESSIONÁRIA A PARTIR DA ASSUNÇÃO DO SISTEMA REMANESCENTE

4.1. A partir da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR INDEPENDENTE, aprovado nos termos deste ANEXO, ficará autorizada a adotar providências voltadas à verificação das condições mínimas para a entrega do SISTEMA REMANESCENTE e obras nele executadas em condições adequadas, nos termos previstos no ANEXO 10, de acordo com as especificações exigidas pelo PODER CONCEDENTE quando da celebração do CONTRATO VIAOESTE, bem como demais normas aplicáveis.

4.2. Caberá à CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR INDEPENDENTE, elaborar

RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE no prazo de 100 (cem) dias da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, para fins confirmação acerca da situação do SISTEMA REMANESCENTE e eventual constatação de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO.

- 4.3. O RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE deverá ter como escopo os itens elencados na Tabela 1, abaixo e será endereçado à ARTESP.
- 4.4. O RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE deve ser elaborado de acordo com o padrão indicado na Tabela 1 abaixo. Todos os relatórios, inclusive parciais, deverão conter uma tabela resumo descrevendo e numerando todos os itens apontados. Esta tabela deverá conter, além da descrição e numeração do evento, informações básicas de localização (pista, quilômetro, coordenadas geográficas) e todos os itens deverão ser classificados/separados por natureza do evento (meio-ambiente, drenagem, condição geológica/geotécnica etc.).
- 4.5. Além do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE, a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR INDEPENDENTE, deverá entregar RELATÓRIOS DE VISTORIA PARCIAIS DO SISTEMA REMANESCENTE à ARTESP, nos prazos intermediários indicados na Tabela 1 abaixo:

TABELA 1 – PRAZOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES DOS RELATÓRIOS DE VISTORIA PARCIAIS SISTEMA REMANESCENTE

Item	Parâmetros Técnicos da Matriz de Responsabilidade	Prazo para entrega dos respectivos Relatórios de Vistoria Parciais a partir da assinatura do Termo de Transferência Inicial	
		Fase 1 (30 dias)	Fase 2 (90 dias)
A	Processos Erosivos em taludes de corte e aterro	X	
B	Estabilidade dos taludes em relação às normas técnicas vigentes	X	
C	Assoreamento de sistema de drenagem e/ou drenagens naturais	X	
D	Ausência ou insuficiência de cobertura vegetal na faixa de domínio	X	

E	Presença de resíduos sólidos provenientes de atividades de terceiros	X	
F	Recuperação de Área de Preservação Permanente – APPs	X	
G	Investigações ambientais de áreas com potencial de contaminação	X	
H	Condição das passagens de fauna existentes	X	
I	Presença de invasões da faixa de domínio	X	
J	Pendências de licenciamento ambiental	X	
L	Condição do sistema de drenagem superficial	X	
M	Condição do sistema de drenagem (exceto drenagem superficial)		X
N	Condição estrutural das OAEs		X
O	Condição dos elementos de segurança	X	
P	Relatório de situação dos acessos		X

4.6. Especificamente em relação aos passivos ambientais (itens de “a” a “g”) da Tabela supra, na eventualidade de se identificar novos passivos, ou o agravamento de alguma das situações verificadas, conforme disposto no ANEXO 2, em até 30 (trinta) dias após o recebimento do trecho, deverá ser elaborado laudo técnico individual de cada evolução da ocorrência, o qual deverá ser assinado por profissional competente e com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações:

- (i) Localização do passivo ambiental;
- (ii) Caracterização geral da área, incluindo um mapeamento geológico e geotécnico e

de uso e cobertura do solo em escala detalhada (1:1.000);

- (iii) Descrição geral do tipo de passivo e da situação de agravamento identificada por meio de levantamento in loco;
 - (iv) Análise temporal da área em estudo, por meio da utilização de imagens de satélite atualizadas e antigas, para fins de comparação;
 - (v) Resultados de investigações geotécnicas de campo e laboratoriais que venham a demonstrar a situação de estabilidade do local, segundo Normas do DER/SP, nos casos em que esse tipo de investigação é aplicável;
 - (vi) Apresentação das soluções para recuperação do passivo ambiental;
 - (vii) Croqui da situação identificada e da solução proposta para o passivo ambiental;
 - (viii) Registro fotográfico da situação observada;
 - (ix) Outras informações relevantes que possam auxiliar na demonstração das causas que levaram ao agravamento da situação observada.
- 4.7. A CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR INDEPENDENTE, terá até 10 (dez) dias contados dos prazos listados na Tabela supra para enviar à ARTESP, para avaliação, os RELATÓRIOS DE VISTORIA PARCIAIS DO SISTEMA REMANESCENTE, cujo conteúdo consistirá na identificação, dentro do prazo exigido, de irregularidades relativas aos respectivos itens técnicos indicados na Tabela 1 do item 4.5.
- 4.8. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR INDEPENDENTE, descumprir prazo intermediário de identificação de quaisquer itens técnicos listados na Tabela 1 acima, ou deixar de registrar item técnico no respectivo RELATÓRIO DE VISTORIA PARCIAL DO SISTEMA REMANESCENTE entregue, à CONCESSIONÁRIA será atribuído o risco relativo às correções e tratamento sobre o respectivo item, independentemente de identificação de irregularidade no RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE.
- 4.8.1. A identificação de irregularidade ou passivo no RELATÓRIO DE VISTORIA PARCIAL DO SISTEMA REMANESCENTE em descumprimento dos prazos intermediários previstos na Tabela 1 supra, somente configurará EVENTO DE DESEQUILÍBRIO nos casos de vício oculto devidamente comprovado.
- 4.9. O RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE deverá consolidar os relatórios parciais, com os apontamentos da ARTESP as notificações de cumprimento de prazos intermediários, e contendo:
- (i) consolidação da situação dos componentes verificados, dos passivos socioambientais e das incorreções constatadas, incluindo informações quanto ao atendimento, ou não, das condições de devolução do SISTEMA REMANESCENTE previstas no ANEXO 10;
 - (ii) estimativa de eventual desequilíbrio econômico-financeiro a favor da CONCESSIONÁRIA, caso a VIAOESTE não corrija as falhas identificadas, e caso seja atribuída à CONCESSIONÁRIA a responsabilidade por proceder às correções necessárias à plena operação e atendimento das exigências de CONTRATO e

ANEXOS no trecho que lhe será transferido, configurando-se EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e fazendo jus à consequente recomposição do equilíbrio econômico do CONTRATO.

- 4.9.1. No RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE não será aceita inclusão de itens que não constem dos relatórios parciais entregues nos termos do item 4.5.
- 4.10. Recebido o RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE, a ARTESP o analisará e deliberará em até 45 (quarenta e cinco) dias, decidindo pela: (i) aprovação integral do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE, o que o converterá em RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE; (b) ou pela determinação, sempre de forma justificada, de correção de um ou mais itens.
 - 4.10.1. Caso seja solicitada a correção de um ou mais itens, não poderá a ARTESP solicitar a posterior correção de outros itens, quando da análise da versão corrigida do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA RESMANESCENTE. A ARTESP poderá solicitar ajustes decorrentes das correções originalmente solicitadas.
 - 4.10.2. Em caso de solicitação de ajustes, a ARTESP deverá estipular o prazo para a sua realização e apreciará o RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA RESMANESCENTE revisto em até 15 (quinze) dias.
 - 4.10.3. Recebido o SISTEMA RESMANESCENTE com os ajustes indicados no item 4.10.2 acima, a ARTESP deverá: (i) aprová-lo, situação em que converter-se-á automaticamente em RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA RESMANESCENTE; ou (ii) submeter eventuais controvérsias para análise do COMITÊ DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS, que deverá apresentar sua deliberação final em até 30 (trinta) dias do recebimento da notificação da ARTESP, observado, no que couber, o regramento do ANEXO 23, a qual constituirá o RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA RESMANESCENTE.
- 4.11. O RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE atestará, de forma definitiva, as condições em que o SISTEMA REMANESCENTE foi transferido à CONCESSIONÁRIA e registrará os EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO constatados no SISTEMA REMANESCENTE.
- 4.12. O reequilíbrio econômico-financeiro dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO indicados no RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE será realizado na forma da Cláusula 22 do CONTRATO.

TRECHOS EM OBRAS

- 4.13. O SISTEMA REMANESCENTE será transferido à CONCESSIONÁRIA com TRECHOS EM OBRAS, que serão concluídas pela VIAOESTE durante a vigência da CONCESSÃO.
 - 4.13.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar o RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE TRECHO EM OBRAS em até 60 dias da entrega formal das obras e liberação do tráfego.
 - 4.13.2. O RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE TRECHO EM

OBRAS deverá seguir o mesmo rito e observar o mesmo conteúdo do RELATÓRIO DE VISTORIA SISTEMA EXISTENTE.

- 4.14. A CONCESSIONÁRIA deverá receber o cronograma das obras em execução nos TRECHOS EM OBRAS e ser notificada, com a devida antecedência, a respeito de eventuais intervenções que possam produzir impacto sobre a operação do SISTEMA RODOVIÁRIO e que demandem medidas para a garantia da segurança e fluidez nos trechos impactados.
- 4.15. Durante a execução das obras pela VIAOESTE, a ARTESP não irá aplicar as penalidades previstas no ANEXO 11, caso reste comprovado que as ações ou omissões da CONCESSIONÁRIA que dariam origem à penalidade decorreram dos impactos das referidas obras, e flexibilizará a aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO, caso reste comprovado que estes não foram, parcial ou integralmente, atendidos pela CONCESSIONÁRIA em razão dos impactos ensejados pelas obras realizadas nos TRECHOS EM OBRAS.
- 4.16. A CONCESSIONÁRIA poderá acompanhar a ARTESP no processo de verificação, aceite e a liberação do tráfego dos TRECHOS EM OBRAS e realizar apontamentos a respeito de não conformidades eventualmente identificadas, especialmente considerando o atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO.
 - 4.16.1. Caberá à ARTESP a decisão sobre identificação de não conformidades nos TRECHOS EM OBRAS.
 - 4.16.2. Caso acordado com a ARTESP, a CONCESSIONÁRIA poderá realizar as intervenções necessárias para sanar as não conformidades mediante recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO pelos custos adicionais que vier a suportar.

5. CONTRATAÇÃO DO RELATOR INDEPENDENTE

- 5.1. Caso a CONCESSIONÁRIA decida pela contratação de RELATOR INDEPENDENTE para a elaboração dos relatórios de vistoria previstos pelos itens 3, 4 e 5 deste ANEXO, esta deverá apresentar, na DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, lista tríplice de candidatos à ARTESP.
 - 5.1.1. Somente será admitida a contratação de um RELATOR INDEPENDENTE, que será responsável pela elaboração dos relatórios relativos à transferência SISTEMA EXISTENTE, previsto pelo item 3 deste ANEXO, do SISTEMA REMANESCENTE, previsto pelo item 4 deste ANEXO, salvo motivação devidamente apresentada pela CONCESSIONÁRIA.
 - 5.1.2. O contrato a ser celebrado pela CONCESSIONÁRIA com o RELATOR INDEPENDENTE deverá assegurar a entrega dos relatórios exigidos pelos itens 3, 4 e 5 nos prazos e condições estabelecidos neste ANEXO
- 5.2. Em até 10 (dez) dias após a apresentação da lista tríplice de candidatos a RELATOR INDEPENDENTE pela CONCESSIONÁRIA, a ARTESP deverá homologar a lista ou, caso necessário, solicitar ajustes.
 - 5.2.1. Na hipótese de homologação da lista tríplice, na mesma oportunidade, a ARTESP irá selecionar, por meio de sorteio, o RELATOR INDEPENDENTE a ser contratado;

- 5.2.2. Na hipótese de solicitação de ajustes à lista tríplex, a CONCESSIONÁRIA (i) deverá apresentar nova lista em até 5 (cinco) dias da solicitação apresentada pela ARTESP; e (ii) a ARTESP deverá realizar a homologação em até 5 (cinco) dias e, na mesma data, selecionar o RELATOR INDEPENDENTE, por meio de sorteio.
- 5.3. Em até 5 (cinco) dias da seleção, por meio de sorteio, pela ARTESP, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar a contratação do RELATOR INDEPENDENTE.
- 5.4. A elaboração de lista tríplex deverá obedecer, cumulativamente, aos critérios de ampla reputação técnica no mercado e inexistência de proibições para contratar com a Administração Pública, previstas no item 8.3 do EDITAL.
- 5.5. O RELATOR INDEPENDENTE, seus prepostos e funcionários integrantes de seus quadros, não poderão ter tido qualquer relação prévia com a presente CONCESSÃO, qualquer tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas ter percebido qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses precedentes à publicação do EDITAL, nem poderão ter qualquer tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas perceber qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses posteriores à entrega dos relatórios exigidos pelos itens 3, 4 e 5 deste ANEXO.
- 5.6. Todos os custos e eventuais responsabilidades relacionados à contratação do RELATOR INDEPENDENTE serão exclusivamente atribuídos à CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer espécie de ônus à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE.
- 5.7. Selecionado o RELATOR INDEPENDENTE, este procederá, por si ou seus prepostos, à elaboração dos relatórios exigidos pelos itens 3, 4 e 5 deste ANEXO.
- 5.8. O RELATOR INDEPENDENTE será o responsável técnico, para todos os fins de direito, pelas informações apresentadas nos relatórios exigidos pelos itens 3, 4 e 5 deste ANEXO, respondendo pessoalmente pela equipe, sendo pessoas físicas ou companhias subcontratadas, que venha a contratar para seus levantamentos.
- 5.9. A CONCESSIONÁRIA será obrigada a rescindir o contrato com o RELATOR INDEPENDENTE, após decisão devidamente motivada do COMITÊ DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS, caso esta entenda terem sido emitidos relatórios ou posicionamentos incompatíveis com o dever do RELATOR INDEPENDENTE de atuar com rigor técnico, independência e equidistância entre as PARTES.
- 5.10. Não serão vinculantes e tampouco se presumirão corretas, as posições apresentadas pelo RELATOR INDEPENDENTE nos relatórios exigidos pelos itens 3, 4 e 5 deste ANEXO, que não limitarão o amplo exercício das atribuições fiscalizatórias e regulatórias outorgadas à ARTESP, na forma deste ANEXO e do CONTRATO.

6. DO COMPARTILHAMENTO DE RISCO E SEUS EFEITOS

- 6.1. Os passivos socioambientais que constem do APÊNDICE B, ou dele decorram, deverão ser corrigidos pela CONCESSIONÁRIA, nos termos e condições constantes do CONTRATO e ANEXOS, e não constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO.
- 6.2. Nos casos de incorreções ou falhas identificadas (i) no RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE e/ou (ii) no RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE, que atendam aos termos e às condições deste ANEXO e da alocação de riscos do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA será obrigada a realizar as respectivas

correções após determinação da ARTESP, observado o item 4.9 (ii), caso comprovado impacto econômico-financeiro, configurando EVENTO DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO.

- 6.3. Os EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO apurados nos termos deste ANEXO serão reequilibrados nos termos do regramento previsto na Cláusula 22 do CONTRATO.

7. DAS FUNÇÕES DE OPERAÇÃO E DOS PROJETOS DE ENGENHARIA

- 7.1. A operação do SISTEMA RODOVIÁRIO deverá estar plenamente padronizada em toda a sua extensão em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.

8. INVENTÁRIO

- 8.1. O RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE, o RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE e demais documentos, produzidos, respectivamente, pelo RELATOR INDEPENDENTE e pela CONCESSIONÁRIA, integram os INVENTÁRIOS, os quais deverão ser mantidos atualizados, inclusive em termos tecnológicos e por meio de vídeo-registro georreferenciado.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. A ARTESP, com base no RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE e no RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE, deverá elaborar cronograma para a adequação de todas as não conformidades apontadas.
- 9.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá sofrer ônus, tais como penalidades contratuais e deduções referentes à mensuração de INDICADORES DE DESEMPENHO, diretamente decorrentes das incorreções constatadas no âmbito do RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE e/ou do RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE, até que se encerre o prazo estipulado no cronograma estabelecido nos termos do item acima.
- 9.3. Este ANEXO não afasta o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA em caso de identificação de vício oculto posteriormente ao RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE e/ou ao RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE, desde que se trate de vício oculto caracterizado pelo CONTRATO como de risco do PODER CONCEDENTE.
- 9.3.1. Serão de risco do PODER CONCEDENTE os vícios ocultos cujo fato gerador seja anterior à assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.